

Despesas militares no Brasil

Ives Gandra da Silva Martins

Especial para o DCI

Há dez anos, apresentamos, para a conclusão do curso de pós-graduação em Ciência das Finanças da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tese em que procuramos definir o limite crítico das despesas militares no concernente ao desenvolvimento econômico das nações.

Na dissertação, posteriormente em livro editada e prefaciada pelo talento invulgar de Roberto Campos, formulamos a teoria do limite crítico, assim enunciada:

"As despesas de segurança são impulsionadoras do desenvolvimento econômico e tecnológico de uma nação, quando seus quatro componentes (mão de obra, manutenção, compras e pesquisas) realizam-se nos próprios limites soberanos, não provocando, por outro lado, déficits orçamentários cobertos por recursos inflacionários, exceção feita àqueles déficits, cuja cobertura com recursos inflacionários possa representar, a curto e médio prazo, efetivo incentivo econômico, ou àquelas reversões de gastos que representem superior redução de desenvolvimento nacional." (*Desenvolvimento Econômico e Segurança Nacional - Teoria do Limite Crítico* - Ed. Bushatsky - 1971 - pág. 103/104.)

A evidência, foi nossa intenção desmistificar os tabus relativos às despesas de segurança, pouco estudadas e, quando analisadas, analisadas com razoável carga preconceitual.

Foi, portanto, com enorme satisfação que tivemos a oportunidade de ler a tese de pós-graduação do cel. Alberto Bandeira de Queiroz para o Curso de Especialização em Estudos Brasileiros orientado pelo general de divisão Carlos de Meira Mattos, na Universidade Mackenzie, intitulada "Despesas Militares no Brasil". Sobre retomar o tema de nossa dissertação, albergando a própria conceituação da teoria do limite crítico, o eminente autor examina, com pertinência, as teses de avaliação do poder militar do prof. Ray Cline para, sob variados ângulos, concluir

serem modestas as despesas militares do Brasil, se comparadas com as das 25 maiores potências do mundo. Nem por isto tais despesas são improdutivas, como pretende a maior parte dos tratadistas de finanças, eis que parcela ponderável dos dispêndios militares brasileiros é utilizada para o desenvolvimento da própria indústria bélica nacional, a qual termina por refletir no evoluir tecnológico transferível à população civil, além de emancipador quanto à dependência estrangeira.

O trabalho é extremamente oportuno e atual, servindo de excelente subsídio para explicitações, pois que, em relação ao PNB, o Brasil gasta menos com a manutenção de suas Forças Armadas, hoje nitidamente fator de integração das diversas regiões nacionais, que, com suas forças armadas, gastam países como a Líbia, o Zaire, o Irã, a Argélia, a Austrália, a Arábia Saudita, o Peru, a Nigéria, para já não se falar das superpotências.

Sempre que contradições aparecem no horizonte do cenário político nacional, volta à baila o papel desempenhado pelas forças armadas nacionais, muitas vezes não poupadas de críticas, com maior ou menor densidade ideológica. O excelente estudo do cel. Alberto B. Queiroz serve para desmistificar os tabus e preconceitos surgidos e, intencional ou involuntariamente mantidos, pois permite esclarecer quão modestas são as despesas nacionais (1% do PNB) se comparadas com as de maior parte dos países, hoje variando de 5 a 15%. Nem por isto, a sua eficiência é menor, servindo, fundamentalmente, em um país de conformação social pacífica como real fator de estabilidade moral e equilíbrio decisório, onde o bom senso tende a ser o elemento determinante.

Quando for publicada em livro, a excelente monografia será de leitura obrigatória para tantos quantos sejam capazes de buscar a verdade dos fatos e não a vaidade de posições preconceituosas.

Ives Gandra da Silva Martins é vice-presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo e professor de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie.

brava, no Parque Anhembi, onde, às 15 horas, no auditório do segundo mezanino, manterão encontro com empresários do setor eletroeletrônico.

Amanhã

• **Cavalos Árabes** - Às 13 horas, no Parque da Água Branca, a Associação Brasileira dos Criadores do Cavallo Árabe realizará seu 11.º Leilão de Animais puros-sangues selecionados, nova oportunidade para criadores interessados em melhorar os seus plantéis. Serão leiloados 49 animais, sendo 17 machos e 32 fêmeas, cujas fichas reprodutivas serão anunciadas durante as respectivas apresentações.

• **Alimentos de Consumo Básico** - O Instituto de Organização Racional do Trabalho - Idort -, do Rio de Janeiro, promove, na sede da Confederação Nacional do Comércio, Seminário sobre Distribuição e Marketing de Alimentos de Consumo Básico, dirigido a empresários da área de comercialização e produção, bem como a técnicos e especialistas do setor. A finalidade do seminário do Idort-RJ será examinar o perfil do consumidor na atual conjuntura, tendo em vista a Lei Salarial e a mudança de comportamento do consumidor em face da inflação.

• **Plano Anual de Marketing** - O Management Center do Brasil dá início em São Paulo a um curso especial sobre Elaboração de Plano Anual de Marketing. Além de mostrar a importância do planejamento mercadológico intensivo, abordará aspectos técnicos e práticos de assuntos que se tornaram importantes para a nova realidade que as empresas estão vivendo, como fixação de preços, planejamento para épocas de incertezas e estratégias de produtos.

• **Contabilidade** - Realiza-se em São José do Rio Preto o 2.º Encontro Regional de Delegados do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

A proposta de Chacel

O diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas - Ibrec -, economista Julien Chacel, não vê solução a curto prazo para a desaceleração da economia brasileira e propõe um acordo entre o Governo e a iniciativa privada para estabelecer-se um consenso em busca da solução desse problema.

Chacel afirmou que, para se reduzir o ritmo inflacionário, o Governo precisa rever os investimentos feitos até agora, de forma a diminuir a pressão sobre os preços dos bens de consumo. Em sua opinião, tal situação só poderá ser superada com um ajuste estrutural, reconhecendo que não existe solução a curto prazo em razão da crise do petróleo.

O diretor do Ibrec declarou, ainda, que, como não existe solução a curto prazo, a tendência é a elevação cada vez maior do custo social. "Não tenho receita - admitiu - mas penso que a política econômica brasileira deve obedecer a dois propósitos: equilibrar a dimensão dos investimentos estatais com a dimensão do país ideal; e abrir espaço na malha de transação interindustrial com o setor privado, para garantir adequada mão de obra." Acrescentou: "Vinte projetos de US\$ 50 milhões e maiores transações entre as empresas geram mais emprego do que um projeto de US\$ 1 milhão."

Um empresário da indústria da construção civil quis saber de Chacel a sua opinião sobre a diminuição do processo de estatização, ao que o economista foi taxativo: "No momento, não vejo perspectivas, porque o setor privado não tem condições de investir."

Sobre a recessão econômica, Chacel considerou um assunto "difícil" para ser respondido de imediato, mas afirmou que, como se trata de um problema de ajustamento de estrutura, não acredita que o problema seja resolvido tão cedo. Ele, entretanto, considerou a recessão "uma confusão semântica", e explicou: "Para alguns, o nível de crescimento do ano 'N' tem que ser maior que 'N' menos 1. Para outros, pode existir uma recessão branda, mas não haver desaquecimento, porém, um bom volume de emprego. Como o Brasil crescia a taxas de 8 a 9% ao ano e passou a crescer de 4 a 5%, começou-se a falar em recessão, mas isso não significa nada, pois ele pode crescer 3% ao ano e não estar enquadrado nesse fenômeno econômico." Chacel considera ainda que se redescobriu a realidade do desenvolvimento econômico com o embargo do petróleo pelos árabes em 1973, e descartou a ideia de que se esteja vivendo uma crise do ponto de vista estrito. Para ele, crise é quando se verifica a interrupção da expansão do país, "e isso não está acontecendo com o Brasil".

DCI

Diário Comércio & Indústria

Empresa Jornalística Comércio & Indústria S.A.

DIRETORES

ASSINATURAS - Rua Álvaro de Carvalho, 354 - Fone: 256-5011 - PABX - Ramal 140 - Telex (011) 21.436 e (011) 25.481 - São Paulo (Capital), anual: Cr\$ 5.940,00; semestral: Cr\$ 3.000,00; interior do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Distrito Federal, anual: Cr\$ 7.920,00; semestral: Cr\$ 4.000,00. Domínio Estad. anual: Cr\$

SANTOS - Alfredo Gabrielleschi Filho - R. Vasconcelos Tavares, 31 - 2.º andar - conj. 203, s/1 - Fone: 2-5477.

DISTRIBUIÇÃO

ABC - Antônio João da Silva - Rua Tatui, 54 - Santo André - Fone: 449-8132.

BRASIL - Rua Lúcio de Souza, 10 - Av. Antenor